

Direito à educação de jovens privados de liberdade: a experiência do ProJovem Urbano em unidades prisionais

Alexandre Aguiar

Resumo

Relato preliminar de pesquisa em andamento sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) aplicado em unidades prisionais. Os dados apresentados referem-se ao perfil sociodemográfico de jovens dos Estados do Acre e do Rio de Janeiro. Como metodologia de investigação qualitativa foram usados os grupos focais e as entrevistas com gestores, educadores, alunos, agentes penitenciários e diretores de unidades penais.

Palavras-chave: educação e direitos humanos; educação em prisões; políticas de juventude.

Abstract

The right to education for young people deprived of liberty: the "ProJovem Urbano" experience in prison units

First report of a current research about the National Program for the Inclusion of Young People (ProJovem Urbano), applied to prison units. The data presented refer to the social demographic profile of young people in the states of Acre and Rio de Janeiro. Focal groups and interviews with managers, educators, students, prison officers and directors of prison units were used as qualitative research methodology.

Keywords: education and human rights; education in prisons; policies for youth.

Introdução

Este artigo apresenta dados de uma pesquisa¹ de doutorado em andamento intitulada "Diversidade do público da educação de jovens e adultos: a EJA nas prisões", cujo objetivo é avaliar um programa do governo federal, que tem por finalidade promover a inclusão e a reinserção social de jovens que cumprem pena de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, e as contribuições desse programa para as políticas públicas de educação em prisões. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) existe desde 2005 como parte da política de juventude do governo federal. Originalmente criado para atender o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado pelas políticas públicas de então, o programa estava voltado inicialmente para jovens dos grandes centros urbanos com idades entre 18 e 24 anos. Em 2008, sofreu reformulações, passando a se chamar ProJovem Urbano e ampliando a faixa etária de seu público para 18 a 29 anos.

O ProJovem Urbano em Unidades Prisionais (PJUP) é o resultado de um termo de cooperação, firmado também no ano de 2008, entre a Secretaria Nacional de Juventude e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, no âmbito das ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci). Lançado em agosto de 2007, o Pronasci foi amplamente divulgado como programa que inaugurava um novo paradigma nas políticas de segurança pública no Brasil ao articular "políticas de segurança com ações sociais" e priorizar "a prevenção e a busca de causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública por meio da transferência de recursos pautada por condicionalidades propostas pelo governo federal. No início de 2009, já haviam

¹ Doutorado em Educação em andamento na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação de Leôncio José Gomes Soares, com período sanduíche na Universidad de Guadalajara, México, sob a orientação de Hugo Rangel Trujillo.

aderido ao programa 17 Estados. Nesse mesmo período, o Pronasci sofreu um golpe com a divulgação de um corte em seu orçamento de 43% (na ordem de R\$ 1,2 bilhão) devido a ajustes do governo federal frente à crise econômica global. A reestruturação do sistema penitenciário aparece, originalmente, como um dos principais eixos do programa, envolvendo ações vinculadas à construção de unidades prisionais destinadas a jovens, formação de agentes penitenciários, atenção aos egressos e egressas do sistema e alterações legais entre outras” (Carreira, Carneiro, 2009).

A metodologia que vem sendo utilizada nesta pesquisa é de caráter essencialmente qualitativo. O processo de escuta dos atores envolvidos (gestores, educadores, alunos, agentes penitenciários e diretores de unidades penais) em diferentes momentos da execução do programa vem ocorrendo por meio da realização de grupos focais e entrevistas.

Segundo Abramovay e Ruas (1997),² o uso de grupos focais como metodologia de investigação qualitativa – atualmente muito utilizados na análise e nas avaliações de programas, projetos e políticas públicas em geral – possibilita a obtenção de informações sobre “percepções, sentimentos e atitudes” dos atores que participam ou que estão envolvidos de alguma forma com essas iniciativas, trazendo à baila o ponto de vista dos interessados. A principal vantagem é que os grupos focais possibilitam respostas abertas, sem limitações de escolha, e, além disso, os envolvidos “falam, dividem opiniões, discutem”, evidenciando assim fatores críticos de determinada problemática que dificilmente aparecem tanto nos questionários fechados como nas entrevistas individuais abertas. No caso específico de escolas no interior de unidades penais, onde todo processo de escuta sofre interferências do próprio ambiente disciplinador das prisões, o método contribui para a “manifestação de uma grande diversidade de ideias, opiniões e conceitos” de forma a estimular a espontaneidade. Assim, os entrevistados se tornam *experts* de seu próprio mundo, sabendo como descrevê-lo de uma maneira adequada. Caberá ao pesquisador tratar de “descobrir, captar, recolher as opiniões dos grupos alvos, as suas atitudes, as crenças e os valores”. Assim, o método contribui para trazer uma resposta tanto aos “porquês” e aos “comos” dos comportamentos e das práticas sociais, como também sobre o funcionamento de programas, projetos, estilos de gestão, entre outros.

A pesquisa inclui, ainda, a análise de documentos oficiais sobre a proposta de implementação do ProJovem Urbano em Unidades Prisionais (PJUP) e de dados do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do ProJovem Urbano. No caso específico do PJUP, o SMA esteve a cargo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), que acompanhou os Estados do Acre e do Rio de Janeiro, e da Universidade Federal do Pará (UFPA), que acompanhou o Projeto nesse Estado. As informações trazidas aqui se referem ao levantamento do perfil sociodemográfico dos jovens que participaram do programa nos Estados do Acre e do Rio de Janeiro, uma vez que não possuímos ainda os dados do Estado do Pará, os quais se encontram em fase de consolidação.

² Esse trabalho é um resumo dos seguintes livros: *La dynamique des groupes restreints*, de Didier Anzieu e Yves Martin; *Más allá del dilema de los métodos*, de Elssy Bonilla e Penélope Rodríguez; *Focus groups: a practical guide for applied research*, de Richard Krueger; e *Focus groups: theory and practice*, de David Stewart, Prem Shandasami e Dennis Rook.

O ProJovem e a efetivação do direito à educação nas prisões

78

Dados do Depen de 2009 evidenciam que a população carcerária brasileira é composta em sua maioria por jovens com baixa escolaridade (65,71% não completaram o ensino fundamental). Sendo a educação para esse público um direito garantido em diferentes leis e tratados internacionais e não uma concessão ou benefício, o ProJovem Urbano compreende que esses jovens em situação de privação de liberdade, nas mesmas condições etárias e educacionais dos demais jovens atendidos em unidades escolares (jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental), fazem parte do público potencial do Programa. Em recente pesquisa realizada no campo da juventude, Geber (2010) destaca a imprecisão que caracteriza a tentativa de estabelecer a faixa etária que defina a juventude em nossa sociedade. Essa imprecisão é, segundo ele, refletida nos diferentes parâmetros estabelecidos por governos, institutos de pesquisa e Organizações Não Governamentais (ONGs) para a definição de quem são os jovens ou para propor ações focadas nesses sujeitos. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos; no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente define como adolescente a faixa etária entre 12 e 18 anos, quando se atinge a idade da imputabilidade penal, e não se refere ao termo juventude, enquanto o Estatuto da Juventude define como jovens os sujeitos entre 15 e 29 anos. Ainda segundo o autor, a Viacom Networks Brasil vem fazendo pesquisas com pessoas entre 25 e 34 anos, fase intitulada “juventude estendida”, enquanto políticas públicas da Costa Rica, dirigidas ao público jovem, consideram a faixa etária dos 12 aos 35 anos (Geber, 2010, p. 32). No caso do PJUP, a definição de seu público na faixa etária entre 18 e 29 mostra que uma considerável parcela da população carcerária continuaria excluída do atendimento educacional, considerando principalmente que 73,84% estão na faixa etária que vai dos 18 aos 34 anos (Brasil. MJ, InfoPen, 2009).

Por meio do termo de cooperação firmado entre Secretaria Nacional de Juventude, Coordenação Nacional do ProJovem Urbano e Ministério da Justiça, no âmbito das ações do Pronasci, o PJUP foi implantado em caráter experimental em três Estados brasileiros: Acre, Pará e Rio de Janeiro, atendendo inicialmente a um público de 569 jovens, com a proposta de se estender, posteriormente, para todos os Estados conveniados com o Pronasci. Em agosto de 2010, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) publicou uma pesquisa intitulada “Segurança pública e cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci”, constatando que o Programa, até aquele momento, mostrara-se incapaz de resguardar suas concepções iniciais pautadas nos direitos humanos e numa visão sobre o fenômeno da violência que considerava também suas causas socioeconômicas. Das 94 ações e projetos previstos inicialmente pelo Pronasci, muitas sequer chegaram a sair do papel, e outras, como é o caso do PJUP, não se estenderam para os Estados conveniados conforme a previsão inicial. Além disso, o Pronasci, como outros programas sociais, está sujeito aos cortes orçamentários impostos pelas políticas econômica e fiscal do governo, o que se revela como um impedimento concreto à realização dos direitos e ao combate às desigualdades.

O PJUP prevê a conclusão do ensino fundamental, com uma carga horária de 936 horas, distribuídas em três ciclos, com duração de seis meses cada. Além da educação fundamental, os jovens recebem qualificação profissional, com carga horária de 234 horas, e participam de atividades que visam ao resgate da cidadania, com carga horária de 78 horas. Ao todo são 1.248 horas ao longo de 18 meses. Prevê ainda atividades de inclusão digital, por meio de laboratório de informática instalado nas unidades penais, e uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 ao mês, que está condicionada à frequência dos alunos às aulas (mínimo de 75% ao mês) e à entrega dos trabalhos previstos. No caso dos alunos de unidades prisionais, a bolsa é repassada para um parente indicado pelo bolsista.

Na dimensão do programa que visa a *elevação de escolaridade*, espera-se que o jovem tenha a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, além de refletir e de discutir sobre questões da atualidade por meio de textos diversos que retratam a situação da juventude no Brasil e no mundo, transitando pelas diferentes áreas do conhecimento e fazendo conexões entre elas. Nas prisões, essa dimensão ganha um novo sentido para os jovens, mesmo se muitas das questões aí trabalhadas façam parte de uma realidade passada ou da possibilidade de um futuro que se queira resgatar ou reconstruir.

Na *qualificação profissional*, o jovem é convidado a resgatar a história do trabalho na sua própria trajetória de vida, na de seus familiares e na sociedade como um todo. O Projeto de Orientação Profissional (POP) representa um instrumento de organização dessa história e um projeto de continuidade dos estudos e da sua formação profissional. Nos espaços de privação de liberdade, o POP é apresentado como um importante instrumento de vinculação com um passado anterior a sua história na prisão, ao mesmo tempo em que o projeta para o futuro, dando sentido aos ideais da reinserção social. Essa dimensão inclui ainda a Formação Técnica Específica (FTE), na qual os jovens participam de oficinas práticas de acordo com os arcos ocupacionais³ escolhidos em cada Estado.

A *participação social e cidadã* é a dimensão do programa na qual se espera que o jovem tenha a oportunidade de vivenciar o trabalho coletivo e a cooperação para mapear os principais problemas, desafios e obstáculos a uma vida mais digna e humana no interior das prisões, propondo e se envolvendo em ações coletivas que tenham por objetivo, por exemplo, melhorar as condições de higiene e de salubridade nas celas e nos pavilhões das unidades prisionais, realizar eventos que contribuam para melhorar as relações internas entre os próprios presos e entre estes e os agentes penitenciários, ou ainda, propor soluções para melhorar as condições de recepção e estada de parentes em dias de visita (Aguiar *et al.*, 2009).

Tomando o conceito de comunidade como um espaço que reúne os que compartilham uma mesma realidade e submetem-se às mesmas regras e aos mesmos códigos de convivência, mesmo que de uma maneira involuntária e forçada, como

³ Arcos de Ocupações são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, que podem abranger as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do/a jovem trabalhador/a (assalariamento, auto-emprego e economia solidária). [...] As ocupações de um arco estão descritas individualmente na Classificação Brasileira de Ocupações, mas não necessariamente estão contidas na mesma família ocupacional. (Brasil. Presidência..., 2006, p. 49).

é o caso das prisões, o Plano de Ação Comunitária (PLA), proposto por essa dimensão, pode representar uma oportunidade para se “repensar e construir o sentido do Viver Juntos” (Maeyer, 2006, p. 34).

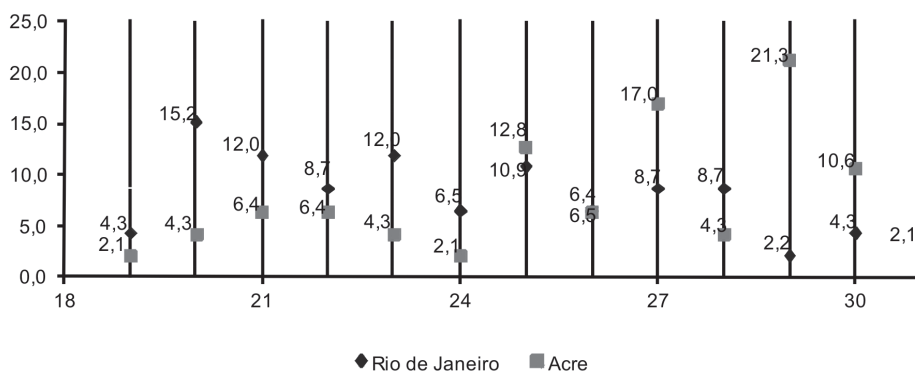
Perfil dos jovens atendidos nos Estados do Acre e do Rio de Janeiro

Apresentamos a seguir alguns dados sobre o perfil dos jovens atendidos pelo PJUP nos Estados do Acre e do Rio de Janeiro. Essas informações foram obtidas pelo SMA do ProJovem Urbano e processadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e fazem parte do Banco de Dados da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. A avaliação realizada nesses Estados, sob a responsabilidade da Unirio, foi feita por meio do *survey*, instrumento pelo qual se apresenta ao aluno um formulário a ser preenchido com informações acerca de sua idade, cor, Estado de nascimento, religião, composição familiar (se o aluno possui filhos, irmãos, além de dados sobre a escolaridade da mãe), sua trajetória escolar e perguntas específicas sobre o Projovem, realizadas a partir de questões abertas. Os gráficos a seguir destacam apenas algumas dessas informações.

O Gráfico 1 mostra que há uma diferença significativa de idade entre os jovens atendidos pelo programa nos dois Estados. No Rio de Janeiro a idade predominante é de 20 anos (15,2%) e a faixa etária mais representativa está entre 19 e 21 anos (31,5%). Já no Acre, a idade mais recorrente é de 29 anos (21,3%) e a faixa etária da maioria dos alunos vai dos 27 aos 30 anos (53,2%).

80

Gráfico 1 – Idade dos jovens atendidos pelo ProJovem Urbano em Unidades Prisionais Rio de Janeiro e Acre (%)



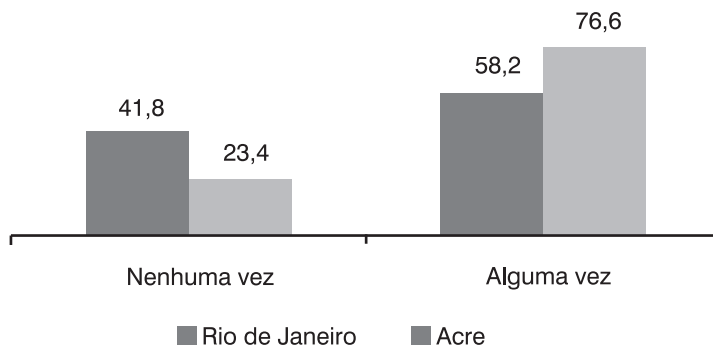
Fonte: ProJovem Urbano, 2010

Nota: Foi perguntado: “Qual a sua idade (em anos completos)?”

Os Gráficos 2 e 3 fornecem dados sobre a trajetória escolar dos alunos e revelam uma relação com a escola muito semelhante à do público em geral atendido pela educação de jovens e adultos, mostrando que esses jovens possuem uma

trajetória marcada por muitos abandonos e reingressos na escola, o que pode ser interpretado como uma necessidade desse público de manter o vínculo com a instituição escolar, mesmo com todas as dificuldades de adaptação a ela.

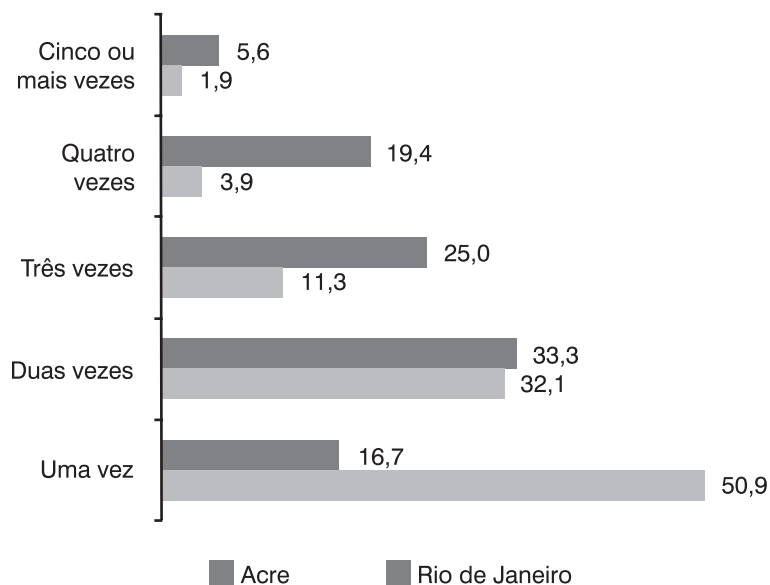
Gráfico 2 – Frequência com que o aluno começou e parou de estudar antes do término do período letivo (%)



Fonte: ProJovem Urbano, 2010

Nota: Foi perguntado: "Quantas vezes você começou a estudar e parou antes de finalizar o ano letivo?"

Gráfico 3 – Número de vezes que o aluno começou e parou de estudar antes do término do período letivo (%)

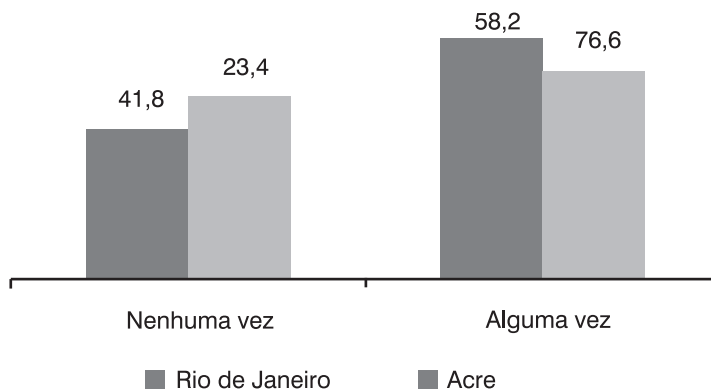


Fonte: ProJovem Urbano, 2010

Nota: Foi perguntado: "Quantas vezes você começou a estudar e parou antes de finalizar o ano letivo?"

O Gráfico 4 fornece dados sobre a participação dos jovens em atividades laborais no interior das prisões. Nos dois Estados, vemos que mais da metade não trabalha, revelando não só a pouca oferta de trabalho nas unidades penais, como também a tendência em dissociar trabalho e educação para esse público, já que são poucos os que têm a oportunidade de conciliar as duas atividades.

Gráfico 4 – Realiza trabalho(s)/atividade(s) na prisão (%)



Fonte: ProJovem Urbano, 2010

Nota: Foi perguntado: "Você realiza algum trabalho(s)/atividade(s) na prisão?"

Um primeiro olhar sobre os resultados do programa em sua fase experimental nos Estados do Acre, do Pará e do Rio de Janeiro

Transformar a prisão em espaço educativo constitui-se num grande desafio, pois o próprio conceito de prisão é um inegável obstáculo para a criação de um ambiente de aprendizagens.

Ao ingressar na prisão, o indivíduo preso passa a ter a sua vida administrada, deixando de responder de maneira autônoma pelas decisões mais simples e elementares de seu dia a dia: "aprender como viver a vida diária e administrar o orçamento, o tempo, relacionamentos, privacidade, espaço, saúde etc. Tudo isso é posto em banho-maria durante o encarceramento" (Maeyer, 2006, p. 28). Em certo sentido, esta perda de autonomia pode conduzir o indivíduo a certa impassibilidade diante da vida. De modo que, a educação nas prisões deve significar, antes de tudo, "uma reconciliação individual com o ato de aprender" (p. 34), buscando preservar em cada um a capacidade de continuar pensando em si mesmo e no mundo em que vive, a capacidade de sonhar, de intervir na realidade e, principalmente, de aprender com as experiências do passado e projetar uma nova realidade para o futuro,

[...] é uma forma de ele estar resgatando sua participação, colocando suas ideias e se sentindo parte desta sociedade. É como nós dissemos antes, "ninguém se prepara para viver novamente em sociedade se afastando totalmente do convívio social e das questões da sociedade em que está inserido". (Grupo focal com educadores).

A escola no interior das prisões deve representar também um espaço de afirmação da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito (Português, 2001). No caso aqui, de ser sujeito do processo de reconquista de sua autonomia e de sua capacidade de intervenção na realidade em que está inserido. Para isso, é importante que a educação não seja vista apenas como forma de ocupar o tempo livre do preso, mas que esteja inserida em um projeto que primeiramente vise à realização de um direito e ao resgate da cidadania desse público. Nesse sentido, pensar o PJUP

fora dos ideais pautados nos direitos humanos que o vincularam ao Pronasci seria um retrocesso nas políticas que visam ao atendimento educacional para o público jovem que cumpre pena de privação de liberdade.

Como podemos ver, por meio das questões desta pesquisa que tratam das percepções sobre o direito à educação nas prisões, essa ainda é uma questão nebulosa, pois, embora esse direito conte com o reconhecimento de todos os atores envolvidos com o PJUP, a ideia de direito como algo universal e inalienável, que independe de quem dele se beneficie ou dos resultados que possa gerar, ganha sentidos diversos para cada um dos atores.

Na fala dos gestores é possível identificar a tendência em associar o direito à educação com uma função “pacificadora” das prisões e, nesse sentido, como alerta o pesquisador, a escola corre o risco de se tornar “mais um instrumento de dominação, subjugando os indivíduos punidos” (Português, 2001, p. 103).

Então, o inspetor já tem a consciência que pode ser um facilitador da educação e que esse trabalho dele, em conjunto com a escola, pode amenizar muitas situações que acontecem nas unidades. Os climas tensos, por exemplo. (Entrevista com gestor).

A ideia do direito à educação pode vir também associada à possibilidade da não reincidência do preso, quando o fato de contribuir ou não para a reinserção social ou para a não reincidência, em princípio, não deveria ser uma condição para a efetivação e para a garantia de um direito.

Essa questão é fundamental, essa educação ao interno. Até com essa perspectiva de alterar essa reincidência grande no sistema. (Entrevista com agente penitenciário).

Aparece também associada à simples ocupação do tempo ocioso nas prisões, o que não só não corresponde à ideia do direito, como também desqualifica tremendamente o papel da educação nas prisões.

Eu acho que o tempo que ele fica sem fazer nada traz muita ansiedade, muita coisa assim errada. Tem um ditado que diz que mente vazia é oficina do diabo. Então, ele fica muito tempo à toa, ele quer fazer alguma coisa. Se ele não pode trabalhar, então ele vai se dedicar a outra coisa e a única coisa que ele tem pra fazer é a educação. (Grupo focal com educadores).

Curiosamente, é na fala dos jovens que identificamos uma das características fundamentais do direito, que é a sua universalidade. Embora muitas vezes eles costumem se referir ao direito à educação como um “benefício”, uma “chance” ou uma “oportunidade”, a fala que destacamos a seguir faz referência a esse aspecto universal do direito que deve se estender a todos, independentemente inclusive de pertencimento ao mesmo grupo, unidade ou facção.

Nós até estamos fazendo de tudo aí pra dar continuidade no projeto na casa. Não pra nós, porque nós já passamos pela parte do ProJovem, mas para os demais amigos. É uma melhoria que a gente quer dar continuidade. Aqui na casa, em outras penitenciárias aí por fora, independente da facção. Seja da nossa facção ou da facção das outras casas aí. Quanto mais expandir, melhor para os internos, para os presos aí. (Grupo focal com alunos).

Na opinião dos alunos que participaram dos grupos focais realizados no Rio de Janeiro antes de iniciarem o programa e no momento de sua conclusão, poucas coisas não funcionaram bem. Esta avaliação deve levar em consideração o fato de que esses jovens tendem a atribuir ao PJUP outros benefícios que desfrutaram por participarem do programa, como a questão da remição de pena pelo estudo,⁴ a possibilidade de estarem agrupados em uma mesma galeria – o que facilitava o deslocamento entre a cela e a escola –, as visitas mais frequentes dos familiares ou mesmo as coisas mais imediatas do dia a dia, como um bebedouro instalado na escola, banheiros limpos etc. Ainda assim, os jovens apontam para a necessidade de melhorias no programa, como é o caso, por exemplo, da proposta de inclusão digital. O fato de os computadores não poderem estar conectados à internet tornou, na opinião deles, essa proposta, identificada como “aulas de informática”, como sendo desinteressante e de pouca utilidade.

Se não tem internet deveria ter mais programas no computador pra gente aprender mais. Pra quando a gente chegar na rua poder ter a oportunidade assim de arrumar um trabalho [...]. Ou a gente poderia aprender a consertar computador. Isso também seria válido pra gente lá fora. (Grupo focal com alunos).

Quanto aos educadores, vários deles apontam para a questão da qualificação profissional como algo que precisa ser revisto no programa, considerando-se o contexto prisional. Alguns julgam que a escolha dos arcos ocupacionais foi inadequada à realidade das prisões; outros dizem que a Formação Técnica Geral (FTG) não correspondeu às expectativas dos alunos, que buscam uma qualificação mais prática.

84

Eu acho que o arco ocupacional deveria ser outro. [...] Eles até haviam comentado alguma coisa assim: parte elétrica, marcenaria, padaria. Alguma coisa que pudesse dar um retorno pra eles, já aqui dentro e também lá fora. (Grupo focal com educadores).

Para os gestores, principalmente os que se ocupavam das questões mais relacionadas à implantação e execução do programa, como matrículas, transferências de alunos, entradas de novos alunos, realização de exames externos etc., a principal crítica é o engessamento do programa, que desconsidera as especificidades do espaço prisional.

O programa precisa de ajustes. A “receita de bolo” não funciona no sistema. Funciona sim o método, funcionam os recursos, mas o desenho em si necessitaria de alguns ajustes, porque a movimentação carcerária é muito grande e imprevisível. Porque você inicia com um determinado número de alunos. Aí, tem material, tem corpo docente, tem recursos, instalações pra atender aquele número de alunos e em função de algo que é comum no sistema, que é a movimentação carcerária, (...) seja por conta da progressão de pena, seja pela própria segurança do interno, a gente fica com umas vagas ociosas porque o programa está engessado. (Entrevista com gestor).

Quanto ao diálogo que reuniu em diferentes momentos de formação e sensibilização os profissionais da educação e os operadores da execução penal, os

⁴ Embora muitos juízes já aplicassem a remição de pena pelo estudo, o projeto que determina que os presos abatam um dia de pena para cada 12 horas de estudo foi aprovado em 2011 pelo Senado. Sendo este, portanto, um benefício garantido aos jovens que participaram do PJUP que surgiu como fruto de negociações entre o Depen e os juízes responsáveis pela execução penal nas unidades atendidas pelo Programa.

envolvidos o aprovam e consideram-no de fundamental importância para que a educação adquira finalmente um novo sentido e *status* no interior das prisões. Destacamos aqui a fala de um agente que não só reconhece a importância desse diálogo como também reivindica sua continuidade.

A gente precisa ter mais momentos como esse, porque a gente está aqui refletindo sobre essa coisa da prisão ajudar na transformação dos jovens, mas depois a gente volta pra uma realidade que não ajuda muito. Os nossos próprios colegas que não estão aqui cobram isso da gente. "Vai ficar dando vida mansa pra bandido, passando a mão na cabeça?". Então eu acho que a gente precisa ter mais momentos como esse. É igual aquela história de você ficar olhando muito pro abismo e acabar sendo tragado por ele. (Grupo focal com agentes penitenciários).

Finalmente, contrariando as expectativas dos envolvidos na implementação do programa de que a bolsa-auxílio poderia ser o principal atrativo para os interessados em participar no PJUP, a remição de pena é declarada pelos jovens como sendo a principal motivação inicial, embora muitos afirmem que ao longo do programa o envolvimento com as temáticas trabalhadas, a atenção, a paciência e o respeito dos educadores foram definitivas para sua permanência no curso.

Quanto à bolsa-auxílio, que serviu inicialmente como alvo de críticas ao programa, revelou-se como um importante instrumento de aproximação e de contato dos alunos do PJUP com seus familiares. Nos Estados do Acre e do Rio de Janeiro, as equipes de coordenação do programa realizam um intenso trabalho para contatar familiares de presos para a expedição de procurações e a liberação das bolsas. Segundo depoimento dos coordenadores, houve casos de presos que já haviam perdido o contato com os familiares e, nesta reaproximação, seus familiares reconheceram na busca pela escola um "desejo de mudar de vida", passando a apoiá-los e a visitá-los com maior frequência.

A família já fica vendo que está querendo mudar, que está estudando. Porque a família quer ver isso aí mesmo. Tem amigos aí que vieram pro ProJovem e não tinham nem visita, acabaram tendo visita através do ProJovem. (Grupo focal com alunos).

Até os dias de visita ficaram melhores. Ele tinha mais assunto e a dedicação dos professores foi muito importante. Foi bom para ele e para toda família também. (Depoimento de mãe de ex-detento e ex-aluno do PJUP-RJ).

Considerações finais

As informações apresentadas não têm a pretensão de esgotar a análise desta experiência, dado o caráter inconcluso desta pesquisa e também a necessidade de complementá-las com outros dados ainda não disponíveis, uma vez que o PJUP encontra-se em fase de conclusão nos Estados. Porém, desde já destacam-se algumas iniciativas que fizeram parte deste programa como importantes contribuições para as políticas públicas de atendimento ao jovem em situação de privação de liberdade.

Primeiramente, destaca-se o foco na juventude como característica que marca a proposta pedagógica do PJUP. Apesar de a experiência apontar para a necessidade de expansão da oferta para um público de faixa etária mais extensa, considerando-se

que mais de 70% de nossos presos estão na faixa etária dos 18 aos 34 anos, as abordagens propostas pelo programa por meio dos eixos estruturantes das unidades formativas – tais como Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e Tecnologia, Juventude e Cidadania – refletem as dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social dos jovens e contribuem para que este público reconstrua sua identidade e se veja como sujeito no processo de reconquista de sua autonomia e cidadania.

As iniciativas que visam a aproximação entre os responsáveis pela oferta de educação nas prisões e a administração penitenciária, promovendo o diálogo entre educadores, agentes penitenciários e diretores de unidades prisionais, merecem destaque e devem ser adotadas pelas políticas de atendimento educacional nos espaços de privação de liberdade. Esta é, inclusive, uma recomendação das Diretrizes Nacionais de Educação em Prisões e, no caso do PJUP, em que a proposta de intersetorialidade do programa envolve a participação de outros atores, como Secretarias Estaduais de Trabalho e de Assistência Social, esse desafio deve ser ampliado, sem, no entanto, desconsiderar que são as pastas de Educação e de Administração Penitenciária que deverão responder não só pela pontualidade de um programa, mas também pela garantia da continuidade dos estudos após a conclusão do ensino fundamental. A experiência do Acre, onde o programa foi assumido pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Estadual de Educação, revela a disposição para a consolidação de uma política pública de atendimento aos jovens e aos jovens adultos que cumprem pena de privação de liberdade na perspectiva do direito à educação ao longo da vida.

Também merecem destaque as iniciativas que buscaram aproximar os jovens de suas comunidades de origem, de suas famílias e da sociedade em geral. As atividades desenvolvidas no âmbito da dimensão do programa que destaca a participação social e cidadã dos jovens, apesar de contarem com uma carga horária reduzida, devem contribuir para manter os vínculos desses jovens com a sociedade em que estão inseridos e com a qual voltarão a conviver após o cumprimento de sua pena.

Apesar de as primeiras avaliações apontarem para a necessidade de aprimoramento na proposta que visa conciliar a formação básica e a qualificação profissional, esta é uma iniciativa cuja experiência deve contribuir não só para o caso de expansão da oferta do PJUP, como também para futuras políticas de atendimento a este público, mesmo que isso demande alguns ajustes, tais como foram apontados na fala dos atores envolvidos.

Por último, destacamos a formação inicial e continuada dos educadores proposta pelo PJUP como experiência fundamental para toda e qualquer prática pedagógica no interior do cárcere. Na formação continuada, em que os professores são convocados a refletir sobre o conteúdo trabalhado nas diferentes disciplinas e dimensões do programa, considerando a realidade e os limites do contexto prisional, é possível transformar os desafios e as dificuldades da prática em aprendizados, quebrando também o isolamento em que vivem na maioria das vezes os educadores que atuam nas prisões.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, M.; RUAS, M. da G. *Grupo focal*. Brasília, 1997. [Não publicado].
- AGUIAR, A. et al. *Manual do educador de orientações gerais do ProJovem Urbano: unidades prisionais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, 2009.
- ANZIEU, D.; MARTIN, Y. *La dynamique des groupes restreints*. Paris: PUF, 1976.
- BONILLA, E.; RODRIGUEZ, P. *Más allá del dilema de los métodos*. Bogotá: Presencia, 1995.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). *Diretrizes nacionais: educação em prisões*. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). Departamento Penitenciário Nacional (Depen). *Síntese das ações do Departamento Penitenciário Nacional: ano 2007 e metas para 2008*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). Sistema Nacional de Informação Penitenciária (InfoPen). *InfoPen estatística*. 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>>
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. *Relatório de gestão: 2008-2010*. Brasília, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. *Projeto do Programa ProJovem*. 2006. Disponível em: <<http://www.oei.es/pdfs/ProJovem.pdf>>.
- CARREIRA, Denise; CARNEIRO, Suelaine. *Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: educação nas prisões brasileiras*. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.
- GEBER, S. P. *Jovens educadores no contexto de uma ação pública voltada para juventude na periferia de Belo Horizonte*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAEC-87CGJM/1/disserta__o_de_mestrado_de_saulo_pfeffer_geber.pdf>.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Inesc). *Segurança pública e cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci*. Brasília, 2010.
- KRUEGUER, Richard A. *Focus groups: a practical guide for applied research*. London: Sage, 1994.
- MAEYER, Marc de. Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? *Revista de Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização e Cidadania*, Brasília, n. 19, p. 17-37, jul. 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001465/146580por.pdf>>.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. *Educação de adultos presos: possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal no Estado de São Paulo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), 2001.

STEWART, David W.; SHANDASAMI, Prem N.; ROOK, Dennis W. *Focus groups: theory and practice*. 2. ed. London: Sage, 2007.

Alexandre Aguiar, doutorando em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 2008 e 2010 atuou como consultor da Secretaria Nacional de Juventude acompanhando a implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) em unidades prisionais. Em 2010, passou a integrar o Observatório Internacional de Educação em Prisões, com sede na Universidade de Quebec, Canadá.
asaguiar2007@gmail.com